RECLAMAÇÃO 20.289 PARÁ

RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECLTE.(S)	: ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
RECLDO.(A/S)	: RELATORA DO MS 0001970-49.2015.814.0000 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - AMPEP
ADV.(A/S)	: DANIEL KONSTADINIDIS

DECISÃO: Trata-se de reclamação na qual se alega que o ato judicial ora questionado – **emanado** de eminente Desembargadora do E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará (**MS** nº 0001970-49.2015.8.14.0000) – **teria desrespeitado** a autoridade do julgamento que esta Suprema Corte **proferiu**, *com efeito vinculante*, no âmbito **da ADI 3.783/RO**, Rel. Min. GILMAR MENDES.

A decisão ora reclamada **restou** assim fundamentada:

> "***Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Associação do Ministério Público do Estado do Pará – AMPEP****, contra ato praticado pelo Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará que editou portaria na qual excluiu os membros do Ministério Público já aposentados, do pagamento de auxílio-moradia.*
>
> ***Esclarece o impetrante que, a partir de decisão do STF****, datada de 15.09.2014 que, em antecipação de tutela, reconheceu o direito de percepção de auxílio-moradia a todos os membros do Poder Judiciário, tendo o Conselho Nacional do Ministério Público orientado os órgãos do Ministério Público Estaduais e Federais que concedessem a seus Membros o mesmo benefício, em razão da simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público. Acatando a orientação, o Ministério Público do Estado do Pará formalizou a concessão do auxílio-moradia através da edição da*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 9259913.

> *Portaria nº 3556/2013-MP/PGJ, contudo, em seu art. 4º, III, excluiu do recebimento os membros aposentados do Ministério Público.*
>
> *….....*
>
> ***Ao analisar os autos verifica-se que nas provas carreadas estão presentes os requisitos para a concessão do pedido liminar**, que são: a relevante fundamentação e a possibilidade de ineficácia futura da medida, se não antecipada neste momento.*
>
> ***Vale ressaltar que a relevante fundamentação está demonstrada** na alegação de afronta aos preceitos constitucionais da vitaliciedade dos membros do Ministério Público e à paridade entre os membros ativos e inativos, como também pelo fato de que na decisão do STF (Ação Originária nº 1773), da qual resultou a Portaria de concessão do benefício, não há qualquer ressalva para exclusão do benefício aos Magistrados, a não ser para aqueles que morassem em residência oficial disponibilizada.*
>
> ***Quanto ao perigo na demora, está caracterizado pois**, sendo a prestação verba de caráter alimentar, sua subtração pode implicar na deficiência da subsistência dos representados pelo impetrante.*
>
> ***Por tais razões, e também por existir entendimento jurisprudencial que suporte**, em tese, o pleito do impetrante, defiro a liminar requerida para determinar a suspensão da eficácia do inciso III do art. 4º da Portaria nº 3556/2013-MP/PGJ, até o julgamento do mérito desta ação ou ulterior deliberação desta Relatora.*" (**grifei**)

Registro que deferi o pedido de medida liminar **formulado** nestes autos.

O Ministério Público Federal, **em pronunciamento** da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, **opinou pela procedência** da presente reclamação **em parecer** assim ementado:

> "***Reclamação**. **Pagamento de auxílio-moradia** a membros aposentados do Ministério Público estadual. **Ofensa à orientação***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 9259913.

> ***firmada*** *pelo Supremo Tribunal Federal* ***na ADI 3783/RO***. ***Parecer pela procedência da ação***." (**grifei**)

Busca-se, *desse modo*, **na presente** sede processual, **seja observada** a decisão proferida pelo Plenário desta Suprema Corte **no julgamento da ADI 3.783/RO**, Rel. Min. GILMAR MENDES (*ocorrido em 17/03/2011*), **determinando-se**, *em consequência*, **a cassação definitiva do ato** ora reclamado.

Sendo esse o contexto, **passo ao exame** do pedido **formulado** nesta sede reclamatória. **E**, *ao fazê-lo*, **entendo assistir razão** à parte ora reclamante.

Observo, *desde logo*, **que o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **ao apreciar a ADI 3.783/RO**, Rel. Min. GILMAR MENDES, **declarou a inconstitucionalidade** *do acréscimo da vantagem de auxílio-moradia* ***aos membros inativos*** do Ministério Público do Estado de Rondônia, **a que se referia o § 3º** do art. 3º da Lei Complementar nº 24/89 daquela unidade da Federação, **proferindo**, *então*, **acórdão que está assim ementado**:

> "***Ação direta de inconstitucionalidade***. ***Extensão do auxílio-moradia aos membros inativos do Ministério Público estadual***.
>
> ***I. Inconstitucionalidade formal***. *A Lei nº 8.625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP) –, ao traçar as normas gerais sobre a remuneração no âmbito do Ministério Público, não prevê o pagamento de auxílio-moradia para membros aposentados do 'parquet'.* ***Como a LONMP regula*** *de modo geral as normas referentes aos membros do Ministério Público* ***e não estende o auxílio-moradia aos membros aposentados, conclui-se que o dispositivo em análise viola o art. 127****, § 2º, da Carta Magna, pois regula matéria própria da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em desacordo com esta.*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 9259913.

> ***II. Inconstitucionalidade material. O auxílio-moradia constitui vantagem remuneratória de caráter indenizatório. Portanto, é devido apenas em virtude da prestação das atividades institucionais em local distinto****, enquanto estas durarem. Como decorre da própria lógica do sistema remuneratório, o auxílio moradia visa ressarcir os custos e reparar os danos porventura causados pelo deslocamento do servidor público para outros locais que não o de sua residência habitual.* ***Dessa forma, parece lógico que tal vantagem seja deferida apenas àqueles servidores em plena atividade****, que se encontrem nessa específica situação,* ***e apenas enquanto ela durar, não se incorporando de forma perpétua aos vencimentos funcionais do servidor****. O auxílio-moradia deve beneficiar* ***somente*** *o membro do Ministério Público* ***que exerça*** *suas funções em local onde não exista residência oficial condigna.* ***Assim, a extensão de tal vantagem aos membros aposentados****, que podem residir em qualquer lugar, visto que seu domicílio não está mais vinculado ao local onde exerçam suas funções (CF, art. 129, § 2º),* ***viola os princípios constitucionais da isonomia, da razoabilidade e da moralidade****.*
>
> ***III. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente****."*
>
> (**ADI 3.783/RO**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **grifei**)

Vale ter presente, *por necessário*, que a "*ratio*" **subjacente** à vantagem **prevista** no art. 50, **inciso** II, da Lei nº 8.625/93 **apoia-se** na circunstância de que a ajuda de custo *para moradia* **destina-se a indenizar**, *de modo estrito*, o membro do Ministério Público **que não dispõe**, *na localidade* **em que exerce** as suas atribuições, *de casa própria*, **ou** *de residência* oficial, **ou**, ainda, *de imóvel posto à sua disposição pelo Poder Público*.

O que **não** parece razoável, *contudo*, **tal como adverte** o julgamento plenário **desta** Corte Suprema **invocado** *como paradigma de confronto*, **é deferir-se** auxílio-moradia a integrantes do Ministério Público **que já se acham aposentados**, **não mais estando**, *em consequência*, **no efetivo**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 9259913.

exercício de suas funções, **pois** *a situação de inatividade funcional* **descaracteriza** *a própria razão de ser* **que justifica** a percepção da mencionada ajuda de custo.

Impõe-se referir, *nesse ponto*, **que o critério da razoabilidade – que se qualifica** *como pressuposto de aferição da constitucionalidade material de atos estatais* – **extrai** a sua justificação dogmática **de diversas** cláusulas constitucionais, **notadamente** daquela que veicula, **em sua dimensão substantiva ou material**, o princípio do "***due process of law***" (RAQUEL DENIZE STUMM, "**Princípio da Proporcionalidade no Direito Constitucional Brasileiro**", p. 159/170, 1995, Livraria do Advogado Editora; MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "**Direitos Humanos Fundamentais**", p. 111/112, item n. 14, 1995, Saraiva; PAULO BONAVIDES, "**Curso de Direito Constitucional**", p. 352/355, item n. 11, 4ª ed., 1993, Malheiros), **consoante** esta Suprema Corte tem **reiteradamente** proclamado (**RTJ 176/578-580**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADI 1.063/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*):

> *"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI ESTADUAL QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS (1/3 DA REMUNERAÇÃO) A SERVIDORES INATIVOS – VANTAGEM PECUNIÁRIA IRRAZOÁVEL E DESTITUÍDA DE CAUSA – LIMINAR DEFERIDA.*
>
> *– **A norma legal** que concede **a servidor inativo** gratificação **de férias** correspondente a um terço (1/3) do valor da remuneração mensal **ofende o critério da razoabilidade**, que atua, **enquanto** projeção concretizadora da cláusula do 'substantive due process of law', **como insuperável limitação** ao poder normativo do Estado.*
>
> ***Incide** o legislador comum **em desvio** ético-jurídico, **quando concede** a agentes estatais **determinada** vantagem pecuniária **cuja razão de ser** se revela absolutamente **destituída** de causa."*
>
> (**RTJ 160/140-141**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 9259913.

Em suma: **o conteúdo do inciso** III do art. 4º da Portaria nº 3.556/2013-MP/PGJ, **cuja eficácia foi suspensa** pela decisão ora reclamada, **longe de traduzir** um requisito adicional **ao que dispõe** a própria Lei nº 8.625/93, **qualifica-se** como verdadeiro pressuposto **negativo** inerente **à válida** percepção do *auxílio-moradia*, **a significar** que tal pressuposto – em tudo compatível **com a própria** racionalidade **ínsita** à ajuda de custo em questão – **existe**, *de forma imanente*, na cláusula **inscrita** na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

Impende ressaltar, *por necessário*, que essa orientação **tem sido observada** em sucessivas decisões – *monocráticas* **e** *colegiadas* – **proferidas**, *no âmbito desta Suprema Corte*, **a propósito** *de controvérsia assemelhada* suscitada **nesta** causa (**ADI 575/PI**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **ADI 778/DF**, Rel. Min. PAULO BROSSARD – **ADI 1.158/AM**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **MS 24.180/DF**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **RE 99.198/ES**, Rel. Min. DJACI FALCÃO – **SS 3.312/MS**, Rel. Min. ELLEN GRACIE, *v.g.*):

> "***RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO-MORADIA. APOSENTADOS E PENSIONISTAS. IMPOSSIBILIDADE. JULGADO RECORRIDO DIVERGENTE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.***"
>
> (**RE 629.851/DF**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **grifei**)

Sendo assim, *e pelas razões expostas*, **julgo procedente** a presente reclamação, **para invalidar** a decisão liminar ora questionada, **que suspendeu** *a eficácia* do **inciso III** do art. 4º da Portaria nº 3.556/2013-MP/PGJ (**MS** 0001970-49.2015.8.14.0000), **em ordem** *a fazer prevalecer* **o efeito vinculante** (*e subordinante*) de que se acha impregnado o julgamento da **ADI** 3.783/RO.

Comunique-se, *com urgência*, **transmitindo-se cópia** da presente decisão à Senhora Desembargadora Relatora, *no E. Tribunal de Justiça do*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 9259913.

Estado do Pará, **do MS** nº 0001970-49.2015.8.14.0000 **e**, *também*, ao eminente Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 21 de agosto de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 9259913.